

## **COMISSÃO DE SAÚDE**

**23.02.2021**

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião extraordinária da Comissão de Saúde da terceira sessão legislativa da 19ª Legislatura. Faço agora a chamada nominal dos membros desta Comissão. Deputada Janaina Paschoal.

**A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL** - Presidente, presente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Registrada a presença de Vossa Excelência. Deputado José Américo.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Presente, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Registrada a presença de Vossa Excelência. Deputado Caio França.

**O SR. CAIO FRANÇA - PSB** - Presente, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Registrada a presença. Deputado Edmir Chedid.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Presente, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Registrada a presença do deputado Edmir. Deputado André do Prado. Deputada Edna Macedo. Deputado Ataíde Teruel.

**O SR. ATAÍDE TERUEL - PODE** - Presente, presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Registrada a presença de Vossa Excelência. Deputado Itamar Borges.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Presente, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - E deputado Alex.Não, Roberto Morais.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Não tão elegante como o Edmir Chedid, mas estou presidente aqui, e presente. A minha querida presidente Analice Fernandes. O Edmir, o nosso querido Itamar, sempre muito elegantes.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Registrada a presença de Vossa Excelência. Antes de iniciarmos, deputado Alex de Madureira. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos gostaria, neste momento, de fazer um triste relato do número de mortes pela Covid ainda no Brasil, de 247.143 pessoas mortas em todo o Brasil, no Estado de São Paulo 57.842; número de profissionais da enfermagem que nós perdemos no Brasil: 590 profissionais, somente da enfermagem, no estado de São Paulo 89 somente enfermeiros e auxiliares.

Pessoas que já receberam a vacina Corona, as doses, 7.028, e da AstraZeneca 2.099 doses, quase dez milhões, não é? Não dez, um minutinho. Então, no total de doses administradas, de quase dez milhões de doses. Nós queremos nesse momento de nos solidarizarmos com todas as famílias que perderam os seus entes queridos nesta pandemia, é um momento muito delicado que nós estamos atravessando, e, como presidente da Comissão de Saúde desta Casa, nós queremos aqui lamentar e solidarizarmos com todas as pessoas.

É um momento de muita dor que todos nós passamos, um momento delicado, e, realmente, esse novo momento que estamos atravessando, onde existe aí uma cepa que vem mudando praticamente toda a história genética desse vírus, nos causar bastante temor.

Então nós iniciamos já os nossos trabalhos, nos debruçando em cima dessa questão tão séria que o estado de São Paulo, e o nosso Brasil, atravessa. Faço agora a informação, passo agora a informação para todos os presentes da finalidade desta nossa reunião.

Item 1, primeira apreciação da pauta em anexo, onde consta três projetos de deputados, inclusive dois requerimentos, onde os requerimentos já poderão ser

Verba Editorial Ltda.

estabelecidos pela Secretaria de Saúde, evitando assim a convocação do secretário futuramente.

No item 2.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA -** Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB -** Pois não, deputado Itamar.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA -** Deputado Roberto.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB -** Deputado Roberto.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA -** É um Projeto de lei da deputada Marta, não é isso?

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB -** Então, mas nós estamos passando para todos os membros a finalidade dessa primeira reunião.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA -** É que o item 1.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB -** Então, o item 1 da nossa reunião será a avaliação dos projetos de lei que estão em pauta. Entendeu, deputado?

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA -** Analice.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB -** Oi.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA -** Na pauta que tem aqui, o item 1 é o Projeto de lei 497/2017.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** – Então, querido, você não está entendendo, eu estou dizendo que a nossa reunião tem por finalidade, o objetivo dessa reunião tem por finalidade: primeiro, a apreciação da pauta dos projetos que estão na pauta, entendeu?

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - São três projetos de deputados.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Isso, eu vou chamar os três projetos daqui a pouco.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Desculpe.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Ainda nesse item 1 de apreciação da pauta, nós temos dois requerimentos, onde nós iremos eliminar os dois requerimentos porque nós queremos aproveitar a presença do secretário, e de todos os técnicos da Secretaria de Saúde, para esclarecer os dois objetivos dos requerimentos.

O item 2 da finalidade da nossa reunião, nós passaremos a palavra para o secretário, para que ele faça, então, a explanação e apresentação do relatório quadrimestral.

E no item 3, a secretaria fará então a explanação sobre os dois requerimentos, o requerimento do deputado Enio Tatto, que é sobre o referenciamento dos prontos-socorros dos hospitais gerais, e o requerimento do deputado Carlos Giannazi, que é sobre o possível, ou eventual, fechamento do Hospital Darcy Vargas, que será respondido pela secretaria. Então item 1 da nossa pauta.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Pela ordem, deputado Alex de Madureira.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Só para entender, a senhora disse que senhora vai, nós vamos eliminar da pauta os itens 4 e 5? Nós vamos eliminar?

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Os itens 4 e 5, aproveitando a presença do secretário com toda a equipe técnica, eles já estarão fazendo o esclarecimento de ambos os requerimentos.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Entendi. Ok.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Entendido?

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Pela ordem, presidente.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Pela ordem, deputado Itamar, e em seguida o deputado Roberto Moraes.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Presidente, eu queria, eu até me antecipei ao Roberto, eu sei que o Roberto também tem aí uma preocupação tanto quanto eu ali na região de Piracicaba, com relação a esse Projeto de lei do item 1. Eu queria, primeiro, consultar os colegas se os colegas concordam com esse voto favorável numa forma de substitutivo que eu apresentei a esse projeto da colega, deputada Marta Costa. O que acontece?

A deputada Marta Costa quer instituir uma campanha sobre o consumo excessivo de açúcar e seus malefícios. Primeiro que é um programa, e programa é inconstitucional. O projeto acabou passando na CCJ, mas ele tem vício de constitucionalidade – é a primeira questão. Mas já não se discute isso agora, aí vai ser agora só lá na frente, porém, ele faz uma campanha negativa contra um produto que São Paulo é um dos maiores produtores, que é o açúcar.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Deputado Itamar.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Oi.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Se V. Exa. me permite, na hora da discussão o senhor pode fazer todas as suas.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Mas a presidente abriu o item 1, e eu pedi a palavra.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Está certo. Pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Mas eu não coloquei em discussão ainda, deputado.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Eu entendi item 1, desculpa, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Deixa eu dar o comando.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Está bom, V. Exa. passou a palavra para mim, eu achei que já.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Eu imaginei que V. Exa. tivesse uma outra.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Questão de ordem, não é? Não, desculpa.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Exatamente.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Deputado Roberto Morais.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Eu peço vista no item 1.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Concedido vista, é regimental o pedido de vista de Vossa Excelência.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Pela ordem, Sra. Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Deputado Alex.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Eu só quero lembrar ao deputado Itamar que eu também sou de Piracicaba.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Então você também concorda com o que eu falei.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Item 2, Projeto de lei 781.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Pela ordem, presidente. Então agora já está em discussão o item 1, é isso? Mesmo tendo pedido vista?

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Não, deputado, o deputado Roberto Morais pediu vista do item 1.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Eu queria pedir um pela ordem, uma questão de ordem. Se o deputado Roberto Morais, eu não sei se é possível para a deputada Janaina, o Zé Américo, o Ataíde Teruel e o Alex de Madureira e a presidente, e o Caio, que está aí também, entender essa minha colocação. E se aí eventualmente o Roberto não retiraria a vista, para a gente tentar votar, se for o caso, nesse parecer. Por quê? O que é o voto substitutivo? O voto substitutivo ele estimula uma campanha de alimentação saudável, não fazer uma campanha negativa contra o açúcar, mas é que pode ser que não tenha tido tempo suficiente para que os colegas analisem. E aí a minha consulta, presidente, por isso que eu quis retornar, se é o caso de consultar os colegas nesse aspecto ou se prevalece a vista mesmo.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Pela ordem, presidente.

Verba Editorial Ltda.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Pela ordem, deputado Roberto.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Eu não sei, acho que já extrapolou não é? A senhora já passou para o item 2. Eu, na verdade, estou assumindo hoje a Comissão, em função da saída aí da Comissão do querido amigo, deputado Fernando Cury. Eu, na verdade, Itamar, meu grande amigo e grande irmão, eu não conheço os seus substitutivos, tá? Então se a gente pudesse esperar para a terça-feira que vem, a gente conversa amanhã, tenta estar juntos aí para, já falei que consigo o telefone, para que a gente possa conversar, e semana que vem votar.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Obrigado, perfeito.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Deputado Roberto.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Pois não.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Vossa Excelência poderia abrir o vídeo? Porque nós não estamos vendo V. Exa., e só aparece o áudio.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Deputada, eu achei que eu estava já aí, eu conversei com alguns deputados, não é? Deixa eu ver aqui, “perai”, ver se eu abro aqui. Abriu?

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - É que a gente conhece a sua voz, Roberto, por isso que a gente estava respondendo.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - A voz é inconfundível, não é, Alex?

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Agora abriu.

Verba Editorial Ltda.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Voltou, estou bonito aí? Gostaram? Não estou bonito que nem o Itamar.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Você está bonito nessa foto atrás, na foto atrás você está bonito.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Naquela foto atrás, viu secretário? Aquela foto tem 50 anos atrás.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Agora sim, agora estou vendo todos.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Deputada, então faz o seguinte, combinado com o deputado Itamar Borges. Como nós já passamos, já foi votado, a senhora já tinha passado para o item 2, a gente deixaria para a terça-feira que vem o teor – eu estou começando hoje, eu era o substituto da Comissão, no lugar do deputado Fernando Cury. Então eu gostaria de conversar, já falei isso para o Itamar, e parece que ele concordou.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - É regimental. Item de nº 2, Projeto de lei 781/2019, deputada Valeria Bolsonaro. Institui o mês de imunização na rede de ensino do Estado.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Pela ordem, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Relator. Só um minutinho – relator: deputado Caio França, voto favorável ao projeto. Em discussão. Com a palavra o deputado Edmir Chedid.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Cumprimentá-la, cumprimentar aos deputados, o Roberto Morais, que agora assume aí efetivamente por enquanto, não sei como o partido definiu, seja bem-vindo, Roberto, grande amigo. O Alex de Madureira não sai de Piracicaba, cumprimentar o Sr. Secretário da Saúde, e toda a equipe, solicitar vista, Excelência, do item 2, e deixar um abraço ao Sr. Secretário.

**O SR. ATAIDE TERUEL - PODE** - Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Com a palavra o deputado Ataide Teruel.

**O SR. ATAIDE TERUEL - PODE** - Peço vista também deste processo.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Vista conjunta é regimental. Item nº3, Projeto de lei 831/2019, deputado Rodrigo Moraes. Institui a semana de orientação sobre vírus HTL V-1. Relator: deputado Alex de Madureira, com voto favorável. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que votarem favorável com o relator permaneçam como se encontram. Aprovado.

**O SR. ATAIDE TERUEL - PODE** - Pedir vista ainda, presente?

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Pode, deputado.

**O SR. ATAIDE TERUEL - PODE** - Eu gostaria de entender um pouco mais.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Nós já estamos. Não, é o deputado?

**O SR. ATAIDE TERUEL - PODE** - Deputado Ataide.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Deputado Ataide Teruel, V. Exa. já tem um pedido de vista, então não cabe mais o pedido de vista de Vossa Excelência.

**O SR. ATAIDE TERUEL - PODE** - Obrigado, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Então eu sou obrigada a continuar a nossa votação.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Pela ordem, deputado Roberto Moraes.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - A questão das perguntas ao secretário, como é que serão as inscrições?

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Depois, deputado, neste momento nós estamos, ainda, cumprindo a pauta dos nossos trabalhos. Como vota. Não, permaneçam como estão, aprovado o projeto, com o voto do relator favorável. Aprovado o Projeto de lei 831, do deputado Rodrigo Moraes.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Pela ordem, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Item nº 1. Só um minutinho para eu dar uma orientação, deputado Alex. Nós terminamos agora o item 1, que era a apreciação da pauta dos nossos trabalhos, onde constavam os projetos e os requerimentos. O item 2 da nossa reunião é para que o secretário faça o uso da palavra, e faça a apresentação do relatório quadrimestral. E o terceiro item é o esclarecimento dos dois requerimentos, pela equipe técnica da Secretaria da Saúde do Estado. Com a palavra, deputado Alex.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Presidente, eu só quero agradecer aqui os cumprimentos do deputado Edmir Chedid, que sumiu agora aqui da tela, mas a gente viu a gravata bonita dele, a gravata laranja, essa gravata aí não é em qualquer loja que tem, viu? Essa gravata laranja, conheço de longe esse laranja.

E agradecer também o carinho, sempre, do deputado Ataíde Teruel, como amigo, bom vê-lo novamente aqui, o José Américo, deputada Edna Macedo, que está sempre elegante, mais uma vez elegante, toda arrumada com um colar bonito, deputado Roberto Moraes, deputada Janaina Paschoal. É como se eu estivesse pedindo voto aqui, Sra. Presidente, estou cumprimentando a todos, até o Itamar Borges.

**O SR. ATAIDE TERUEL - PODE** - Vou votar em você.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Continuando os nossos trabalhos, todos os deputados, agora respondendo à pergunta do deputado Roberto Moraes, aqueles que quiserem fazer as suas indagações ao secretário, façam a inscrição no chat, que nós estaremos anotando os pedidos de cada deputado. Passo neste momento, e já agradeço a presença, do secretário Jean Carlo Gorinchteyn, e também de todos os técnicos da Secretaria da Saúde do Estado. Com a palavra, deputado Jean Carlo – secretário.

**O SR. JEAN CARLO GORINCHTEYN** - Tudo bem. Primeiro quero agradecer a deputada Analice Fernandes, e a todos da Comissão da Saúde da Assembleia Legislativa do Estado, é sempre um prazer poder estar conversando hoje – com vocês, trazendo a elucidação que alguns assuntos que são extremamente importantes para a nossa sociedade. Vamos dar início à apresentação, está bom?

Um minutinho, por gentileza, só uma parte técnica. Bom, estaremos, conforme, estaremos mostrando agora as principais ações que foram realizadas no terceiro quadrimestre de 2020. É importante nós atualizamos algumas situações que são extremamente importantes, desde a rede de serviços estaduais da Saúde, que são constituídas tanto pela administração direta, uma administração indireta, e as OSs.

O que nós temos são 98 hospitais, desses 98 hospitais, 47 são organizações sociais, outros 40 de serviços de administração direta, 11 autarquias e das fundações, e três na administração ligada à Secretaria de Estado da Saúde. Temos também 82 ambulatórios, sendo 60 deles ambulatórios médicos de especialidades; dos quais 45 AMEs que nós chamamos AME Mais, que têm, além da característica assistencial dos ambulatórios, a particularidade de ser o AME Cirúrgico, para procedimentos cirúrgicos.

E também temos 20 unidades de reabilitação da Rede Lucy Montoro em todo o nosso Estado. Em dezembro, para se ter uma ideia, nós tínhamos como ocupações, e a gente diz ocupações e não profissionais, que eventualmente nós temos esse profissional em outras áreas, por exemplo, um profissional da administração direta também numa atividade acadêmica ou universitária.

Então nós temos 163.160 ocupações na ocupação direta e indireta, e também na própria OS. Quando nós falamos na administração direta, notem que nós temos 24% do total desses profissionais, o restante está, seja nas organizações sociais, e também nos

grupos universitários, tanto em pesquisa quanto no acolhimento, na assistência da Educação.

A produção hospitalar do SUS no estado de São Paulo, sempre sob a gestão estadual, da Secretaria de Estado da Saúde, no período de setembro a dezembro, mostrou um aumento de produtividade de 12%, e, comparativamente daquilo que houve da gestão municipal, apenas 5% em relação, são dados percentuais, em relação ao quadrimestre de 2020. E observe que 44% dessa produção hospitalar esteve relacionada com as organizações sociais, seguidas pelos filantrópicos, e 16% dos hospitais universitários, a administração direta teve a sua presença, mas comparativamente a 15%, portanto menor do que as outras instâncias.

A gestão estadual representa 47% das internações do SUS no Estado, e tem um valor médio, pelas AIHs, que são as fichas de internação hospitalar, um valor, na gestão estadual, de cerca de R\$ 2.105,54, exatamente mais caras do que a própria gestão municipal, uma vez que tenho as internações por procedimentos de maior complexidade.

Quando nós voltamos para a parte ambulatorial, exclusivamente, nós temos que 52% tiveram a gestão estadual, frente a 48%, apenas da gestão municipal. Na gestão estadual nós tivemos um aumento de 27% na produtividade de procedimentos clínicos, tanto com uma abordagem ambulatorial, propriamente dita, onde a assistência – até porque nós tivemos um recomeço. Lembre-se que, inicialmente, nós tínhamos, ou tivemos, um descenso durante quatro a cinco semanas de número casos, de óbitos e internações que se prolongaram até novembro, e com isso tiveram esse incremento de 27% na assistência, frente a uma retomada que nós já começávamos a esboçar.

E detalhe: além disso, aqui nós estamos também considerando aspectos da estabilidade diagnóstica, com laboratorial, radiológico, que tiveram, como eu disse, o incremento em relação ao quadrimestre de 2020, que era aquele período em que nós falávamos: “Fica em casa”, enquanto nós acertávamos a Saúde para melhor assistência.

A aplicação desses recursos da Saúde, nós tivemos de janeiro a dezembro uma receita líquida no estado de São Paulo de 135 bilhões. Desses, pouco mais de 15% estavam relacionados às despesas líquidas de Saúde, especialmente 18,8 milhões, estava quase 14% dessa receita de proporcionalidade da Saúde, portanto, alcançou aquele mínimo previsto. Lembre-se que o mínimo previsto, na lei complementar, é que pelo menos 12% desse Orçamento estivesse voltado para a área da Saúde.

Como eu disse, mais do que 12%, a 14% portanto, de assistência de investimento, de recursos voltados à saúde da nossa população. Esses recursos financeiros e estaduais

aos hospitais filantrópicos, por exemplo, às Santas Casas, tiveram duas fontes importantes. Uma, um programa Santa Casa Sustentável, em que passava a ter uma abordagem de aproximadamente 63 instituições, que era um procedimento estratégico, especialmente, tanto no ponto de vista estruturante, quanto de estratégias de apoio no valor da produção média de alta complexidade.

E também um programa Pró-Santa Casa, que favoreceu 117 instituições, o que gerou uma média de 225,2 milhões de reais no terceiro quadrimestre de 2020, e 645, praticamente 655 milhões, no ano todo de 2020, portanto voltados aos hospitais filantrópicos. Esse repasse financeiro, por outro lado, para a atenção básica via repasses do Estado, nós tínhamos três repasses para os municípios, um voltado especialmente à atenção básica, o PAB, em que 645 municípios foram beneficiados, cada qual recebeu quatro reais por habitante.

Lembre-se que isso nós tínhamos dois reais por habitante, e isso teve o reajuste que foi ofertado para esse aporte, e essa assistência à Saúde, totalizando 33,3 milheiros de reais no terceiro quadrimestre de 2020. Para se ter uma ideia, só o pagamento de um ano completo totalizou 100 milhões e 800 mil reais. Além dessa atenção básica voltada pelo PAB, teve o Qualis Mais – o Qualis Mais teve como objetivo estar atendendo aos municípios que tivessem os piores índices socioeconômicos, o que totalizou 424 municípios, no total de 20,4 milhões no terceiro trimestre, e um total, no ano de 2020, de 41 milhões, que foram, então, aportados, como eu disse, a esses 424 municípios.

E o programa de assistência à saúde bucal, o programa conhecido como Sorria São Paulo, em que 411 municípios eram, e foram, beneficiados – receberam 36 mil reais por município –, o pagamento que totalizou, no ano de 2020, 12 milhões e 400 mil reais. Repasse, também ainda para os municípios, tinha como base dois outros programas: a Residência Terapêutica, e também para a População Privada de Liberdade.

Com em relação à Residência Terapêutica, é um programa especialmente voltado à saúde mental, com incentivo estadual para a implantação dessas residências. Isso permitiu um aporte de 20 mil reais para implementar, durante o apoio inicial, e mais 20 mil reais que eram dados de custeio por um período seis meses, até a habilitação fosse realizada pelo Ministério da Saúde.

Isso totalizou 300 mil reais do terceiro quadrimestre de 2020, e, totalizando no ano de 2020 860 mil reais. É um programa extremamente importante, que teve base 27.700 internações que foram realizadas, é um programa que traz, através do Cratod moradores de rua das várias cidades e os apoia, fazendo exatamente a retirada dessas

peças das drogas, e permitindo uma longa jornada, inclusive, pela possibilidade de pequenas moradias, que nós assim os chamamos, que eram os locais onde essas pessoas acabam tendo convivência com outros que já passaram pelo tratamento, e recebem, hoje, inclusive, apoio para que possam ser incentivados a arranjar emprego, e não voltarem mais para as ruas.

Por outro lado, nós também temos a População Privada de Liberdade, é um programa muito importante que cobre, faz a cobertura de 43% dessa população que está, e se encontra, nos nossos presídios. É uma atenção básica que é feita intramuros, ou seja, dando assistência em programas de cardiologia, endocrinologia, pneumologia, através de atenções clínicas. Sendo investido aproximadamente 8,9 milhões no terceiro quadrimestre e, no total que foi investido no ano de 2020, foram 23 milhões e 400 mil reais.

O total, portanto, desse investimento, que foi realizado – nós tivemos no ano de 2020 178 milhões e 400 mil reais, sendo só no terceiro quadrimestre de 2020 um investimento de 62 milhões e 900 mil reais. Por outro lado, um outro programa extremamente importante, a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, que é exatamente o repasse de recursos financeiros do Estado, e também a possibilidade, caso o Estado, o Município não quisesse, fizesse uma referência a esse recurso financeiro, a possibilidade do recebimento da medicação, o que, para o Município, acaba sendo até melhor.

Uma vez que esses produtos, esses medicamentos, são até mais caros do que aquilo que foi recolhido. Para se ter uma ideia, alguns municípios menores do que 270 mil tiveram, nesse número de 44 municípios, optaram por apenas receber os recursos financeiros. Outros 573 optaram pelo recebimento da Dose Certa, e os municípios maiores de 270 mil habitantes, apenas 28 municípios se adequaram a esse programa.

Isso que permite investimento na aquisição de insumos, por exemplo, para a diabetes, e mais de 17 milhões de reais que foram investidos, e na aquisição de medicamentos 38 milhões e 300 mil reais, portanto, um programa que, ao longo dessa jornada, permitiu a distribuição de medicamentos no Programa Dose Certa, que chegou a totalizar 148 milhões e 700 mil reais, somando-se, inclusive, a distribuição de remédios pelo Programa Dose Certa. Portanto, todos os temas voltados, tanto a atendimento hospitalar, ambulatorial e assistência farmacêutica, seja com aporte de recursos, seja com o fornecimento de medicações que eram dadas para a população.

Houve também, por conta da pandemia, uma expansão de leitos e de suportes ventilatórios, para se ter uma ideia, a UTI adulto, nós temos implantados 6.141 leitos já implantados, sendo que desses, 5.112 leitos ativos, e a parte mais triste dessa história é que o Ministério da Saúde habilitou somente 545 leitos. Isso seria um percentual de apenas 11% dos nossos leitos. O estado de São Paulo deixou de recolher, e ao mesmo tempo teve que investir um número de um milhão, desculpa, um bilhão e 400 milhões de reais que não foram pagos. E, portanto, houve a necessidade de se retirar recursos do Estado, do Tesouro, para bancar esse custeio.

As UTIs pediátricas, que nós temos já 140 leitos que já haviam sido implantados, desses nós temos ainda 123 ativos, quatro deles foram habilitados pelo Ministério da Saúde, todos esses recursos hoje realmente foram, e são, aportados pelo Estado, e hoje nenhum desses leitos de habilitação foram mantidos, quer dizer, eles não foram renovados. Então desses, nós temos 123 leitos que são custeados pelo estado de São Paulo. Quando nós falamos de suporte ventilatório pulmonar, nós temos 1.035 leitos implantados, desses 809 leitos que ainda se mantém ativos, e o Ministério da Saúde fez uma habilitação de 465 leitos, porém apenas 231 deles estão vigentes.

Quando a gente olha os 465 leitos que foram habilitados para suporte ventilatório, ou aqueles quatro habilitados para UTI pediátrica, ou aqueles que foram habilitados, 3.822, de UTI, eles foram sendo habilitados ao longo da pandemia, a partir de março. Então foram 30 leitos no mês, mais 50 leitos em outro, mais 300 no outro, e aí foram sendo somados, por isso que dá a impressão que nós tínhamos integralmente, pelo menos, uns 3.822. Não, isso é a somatória, é o posto de todos os leitos habilitados ao longo de 2020, durante a nossa pandemia que, infelizmente, ainda persiste.

A expansão de leitos de clínica médica foi extremamente importante, nós tivemos 31% dos leitos do SUS, de clínica médica existentes no estado de São Paulo, foram convertidos para o atendimento de Covid. Eram leitos que se destinaram a outras doenças, e que, pela necessidade que nós tínhamos de internar, e interna mais nas unidades, também, de enfermaria, nós precisávamos reverter esses leitos para o atendimento de Covid, exclusivamente. Assim como nós tivemos uma ampliação dos leitos, em cerca de 3.389 leitos do SUS, de clínica médica, que foram sim voltados e destinados à Covid-19 – 400 ainda, nós temos hoje, para se ter uma ideia, quase 500 leitos de clínica médica com um potencial de ampliação futura, caso a pandemia assim necessite ou exija.

Nós tivemos uma atenção especial na realização de testes de Covid-19, entendendo que era extremamente importante fazer o diagnóstico daquele paciente

comprometido por algum sintoma gripal, assim como as pessoas que estavam no seu entorno, aquilo que nós chamamos de contactantes. Para isso, precisamos ampliar a rede laboratorial do Estado para testagem. Para se ter uma ideia, em todo o estado de São Paulo, nós temos 13 laboratórios do Instituto Adolfo Lutz, e outros 16 laboratórios já foram habilitados, nos quais estão inseridos aqui o Instituto Butantan.

O exame de RT PCR, aquele teste do cotonete que identifica o RT tempo real, que é exatamente que faz uma identificação do vírus na secreção, tanto do nariz quanto da garganta, foram mais de 2,2 milhões de exames realizados pela rede laboratorial de Estado, com o tempo médio de liberação desses resultados de 72 horas. Eu digo tempo médio, porque esse é o tempo que nós chamamos de bancada. Alguns atrasos que ocorreram nesses percursos estavam intimamente relacionadas ao transporte de amostras, que, eventualmente, de uma cidade a outra, acabavam tendo um certo atraso. Então exatamente isso o que fazia com que o atraso pudesse acontecer, e, com isso, dando algum “delay” nessa informação.

Aqui nós temos a evolução da quantidade de testes, procedemos muito mais testagens ao longo de toda a história da pandemia. A partir dessa forma, através da identificação dos pacientes, tanto aqueles com um diagnóstico, bem como aqueles que estivessem no seu entorno pudessem ser detectados. Vários tiveram a sua detecção mesmo de forma assintomática, contactantes que não tinham sintomas, mas que, na sua testagem, deram positivos. Isso também é uma forma de contenção da pandemia no nosso Estado.

Os testes rápidos, portanto, para se ter uma ideia, mais de um 1.027.321 testes; desses 86% foram testados que eram negativos, porém 14 deles de forma positiva. Em relação ao financiamento das ações que foram usadas para o enfrentamento da Covid-19, no total de recursos pela origem de financiamento, o recurso estadual totalizou R\$ 1.597.717.083,22, enquanto o recurso federal foi de R\$ 1.725.077.577,84. O total desses recursos acabou estando em R\$ 3.322.794.661,06, portanto, nós tivemos o recurso estadual de aproximadamente 48%, enquanto o recurso federal teve um percentual um pouco maior de 52%. Para os financiamentos que foram dados ao Corona, recursos como despesa, que nós colocávamos. A despesa, nós dividimos em dois grupos, tanto um grupo de custeio, quanto um grupo de investimento.

Quando nós olhamos o grupo de custeio, o recurso estadual, ele teve tanto somado R\$ 1.249.643.005,89; enquanto de investimento R\$ 348.074.077,34, totalizando, com o recurso Estadual, R\$ 1.597.717.083,23. O valor, portanto, de custeio em comparação àquilo que foi investido teve um incremento muito maior. Recursos federais tiveram uma

taxa ainda maior do que aquilo que foi dado pelo Estado, e os investimentos, nós tivemos um investimento muito maior do Estado em relação àqueles recursos federais. Como disse, mas significando apenas um percentual de 10% desse total de recursos de despesa.

Quando a gente fala do custeio, o que seria o custeio? Seria exatamente a celebração de convênios, os repasses que eram feitos aos municípios, a compra dos insumos, equipamentos como agulhas, seringas, equipamentos de proteção individual, a gestão, a própria gestão estadual sob custo, a habilitação dos leitos que foram exatamente custeados pelo Estado, a contratação de serviços que eram necessários, e também, aqui, a questão relacionada às emendas dos Srs. Parlamentares, especialmente federais, que acabavam sendo impactados nesse grupo de custeio.

E aí nós temos mais um dado, que é a própria imunização. O Estado investiu um total de R\$ 1.249.643.089,00 enquanto os outros recursos, especialmente os recursos federais, tiveram R\$ 1.724.858.636,19. A celebração de convênios comprometeu 40% do grupo de custeio, seguido pelo repasse aos municípios, de 23%, e 10% nessa compra de insumos e de equipamentos de proteção individual.

No grupo, ainda, de investimento nós temos a questão de equipamentos, equipamentos que foram por recurso estadual, R\$ 272.547.978,10, correspondendo a 78% dos investimentos realizados, e o repasse dos municípios em 19%, e o Estado teve como responsabilidade o envio de R\$ 64.850.365,00 nesse repasse aos municípios.

Quando se falou em celebração de convênios, o custo acabou sendo de R\$ 7.207.460,46 e para a realização de obras três bilhões 468 milhões, desculpa, estou errado aqui, R\$ 3.468.273,78, totalizando aqui R\$ 348.074.077,34.

Quando nós falávamos nessas ações, ainda de financiamento dessas ações pelos recursos federais, nós tivemos recursos federais para a Secretaria Estadual da Saúde, recursos federais que eram dados diretamente ao Município, pelo fundo estadual para fundo municipal, fundo a fundo. E, ao mesmo tempo, recursos federais diretos para o Município, ou seja, uma transferência direta, fundo nacional para fundo municipal. Esses valores somados, nós tivemos aí R\$ 5.461.628.921,87, portanto, o que a secretaria acabou sendo aportada por esses recursos, praticamente 29% desses valores, enquanto 71% desses valores foram direcionados diretamente ao Município.

Todas essas informações estão, e constam, no Fundo Nacional da Saúde, de forma absolutamente atualizada, desculpa. Na distribuição, também, de recursos estaduais para o enfrentamento da Covid-19, alguns recursos estaduais para a Secretaria Estadual da Saúde tiveram como valores R\$ 976.554.864,63; e recursos do Estado para municípios,

com o valor de R\$ 621.162.218,60, totalizando R\$ 1.597.717.083,22. Aqui também tivemos, destinados para a distribuição desses recursos estaduais, 39% destinados aos municípios, e aqui 61% destinados à própria Secretaria do Estado da Saúde.

Uma atualização da situação epidemiológica da Covid hoje, nós temos computados 1.990.554 casos, infelizmente, 58.199 pessoas perderam as suas vidas em decorrência da Covid-19. Nós temos, hoje, com dados internados nas unidades de enfermagem, 6.528 pessoas, com uma taxa de ocupação do Estado de 68,6% no Estado, e, na Grande São Paulo, 68,8% por cento. É importante a gente lembrar que, durante muito tempo, nós tínhamos, até novembro, nós tínhamos a taxa de ocupação que chegava a 40%, então nós tivemos, realmente, uma ocupação muito mais pronunciada das unidades de terapia intensiva.

Que era muito interessante, porque a Grande São Paulo sempre estava com uma margem, distância das internações que aconteciam no Estado; e hoje elas estão, São Paulo, a Grande São Paulo ela, inclusive, supera as estatísticas do Estado. Como nós olhamos o número de internados, 6.528, nós lembramos que essa história média que nós atingimos lá na primeira onda da Covid, que aconteceu em julho de 2020, em que a máxima de internações e ocupação de leitos de unidade de terapia intensiva chegava a 6.257, portanto, nós estamos bem acima.

Ontem foi o primeiro dia em que nós tivemos 6.410, e olha, nós temos mais 110 pessoas no Estado sendo internadas, portanto são 100 pessoas por dia internadas nas unidades de terapia intensiva no estado de São Paulo. O que nós podemos observar aqui que, em relação aos novos casos, nós tivemos uma queda em três semanas consecutivas, na semana anterior tivemos uma queda de 8%, na semana epidemiológica.

Nós estamos agora na oitava semana, então na sexta para a sétima semana epidemiológica, nós tivemos uma queda de 9,5%, mas nós temos que considerar um dado muito importante: na semana passada, nem todos os municípios acataram o decreto governamental, que consagrava a não ocorrência do feriado de Carnaval.

Portanto, é muito possível que nós ainda tenhamos um aporte para esses novos casos. Vocês vão observar também queda no número de óbitos, o que pode, também, estar relacionada ao represamento desses dados. Por isso o que nos chama a atenção neste momento acaba sendo exatamente novas internações. Novas interações, elas representam dados de ontem, e atualizados dia a dia, e com isso nós observamos um incremento do número de internações, isso mostra que as pessoas estão ainda internando.

Nós tivemos, inicialmente, na primeira semana, uma taxa de elevação, para a primeira para a segunda semana, bastante considerável, e começamos a apresentar na terceira, na quarta e quinta semana um decréscimo do número de internações. As pessoas, todas as vezes que nós dizemos: “Olha, estamos reduzindo o número de internações, portanto, estamos contendo a pandemia do nosso Estado”, parece que a gente fala: “Olha, está tudo bem, pode sair”. Talvez a gente vai ter que mudar a nossa forma de verbalizar para as pessoas.

Observem que nós temos aí 1.538 casos, em termos de novas interações, mas como disse, as internações, internações de unidade de terapia intensiva, maior número de ações de leitos. Os óbitos tiveram queda, mas também é a mesma avaliação que é dada para a questão do represamento, do retesamento de dados. E hoje nós temos o Plano de São Paulo, que consagra quatro regiões no faseamento vermelho, são regiões que tiveram, fundamentalmente, uma taxa de ocupação hospitalar, especialmente de unidades de terapia intensiva, maior, nós consideramos acima de 76%, mas muitas têm uma lotação acima de 90%.

O que faz com que a Secretaria de Estado da Saúde tenha total atenção, tanto com criação de número de leitos, quanto com a disponibilidade de respiradores que para lá são ofertados, e também respiradores, que nós chamamos respiradores emergenciais, que são doados pela Poli-USP, e podem em ser utilizados especialmente nas unidades de Pronto Socorro, enquanto aqueles pacientes estão aguardando unidades de terapia intensiva.

Isso dá toda a garantia de que ninguém fique desassistido, desabastecido, de uma boa qualidade em assistência. Nós temos 70% da nossa população no faseamento amarelo, e o amarelo é uma grande atenção, o que faz com que as pessoas mereçam, e devam, continuar respeitando todas as regras e ritos sanitários, fazendo a utilização de máscaras, fazendo distanciamento social, fazendo a higienização das mãos com álcool, e, fundamentalmente, evitando as aglomerações.

Uma questão que é extremamente importante é, exatamente, o Plano Estadual de Imunização para a Covid. Durante os vários meses, desde julho até o início do mês de janeiro, o Governo do Estado de São Paulo, sob a liderança do governador João Doria, e o Instituto Butantan, foi feita uma proposta. Praticamente a cada 15 dias nós estamos em Brasília junto ao Ministério, dizendo: “Olha, o ideal é que sejam adquiridas muitas doses das vacinas, das diferentes vacinas: da Pfizer, da AstraZeneca, da Moderna, do Butantan, para que, desta forma, nós possamos imunizar mais e mais brasileiros nos rincões do País”.

E sempre uma prerrogativa do governador era que todas essas vacinas que fossem produzidas pelo Instituto Butantan estivessem disponibilizadas para todo o País, pelo sistema do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde, fazendo uma imunização equânime, democrática, sem privilégios de cor, raça, religião ou localidade, então as pessoas todas teriam esse direito.

Ao longo desse semestre inteiro recebemos negativas por várias vezes, até que, no início, agora, de janeiro, no dia 7 de janeiro, houve sim a assinatura de um acordo do Ministério com o Instituto Butantan, para que essas doses fossem incrementadas no Programa Nacional de Imunização – inicialmente 46 milhões de doses. Ao longo das tratativas, mais 54 milhões de doses foram solicitadas, e na semana passada mais 30 milhões de doses foram solicitadas pelo Ministério da Saúde, para poder imunizar brasileiros do Brasil, e não somente brasileiros de São Paulo.

Até então nós tínhamos um plano estadual de imunização, o PEI, que consagraria a possibilidade de nós vacinarmos de uma forma muito rápida, inclusive seria uma boa resposta para o deputado Itamar Borges, quando ele perguntou: “Será que nós todos estaríamos imunizados até junho/julho?”, isso aconteceria se todas as vacinas tivessem aqui ficado, ou que o Ministério tivesse tido, realmente, a responsabilidade de comprar, de adquirir mais vacinas para nós termos essa imunização muito mais rápida, e célere, em todos os projetos.

A verdade é que nós temos, o Ministério da Saúde recebeu aproximadamente hoje, com a última remessa enviada de um milhão e 200 mil doses, já recebeu 11 milhões de doses, tendo a programação de, até o dia 5 de março nós termos mais cinco milhões e 600 mil doses ofertadas. E novos insumos serão recebidos na próxima semana pelo Instituto Butantan, dando 8.400 litros de insumos, que têm a possibilidade de quase dez milhões de doses de vacina para o Programa Nacional de Imunização.

São Paulo recebeu, do Ministério, até fevereiro, 2,7 milhões de doses de vacinas que foram recebidas desde o dia 15 até agora no dia 6. Lembrando que vários outros aportes aconteceram, especialmente hoje, a saída, como disse, de um milhão e 200 mil doses, sendo que São Paulo acaba ficando com 22,5% do total de doses. Toda a logística foi feita e desenhada pela equipe da coordenação dos controles de doenças da Dra. Regiane de Paula, em conjunto com a colaboração do secretário-executivo Eduardo Adriano Ribeiro, que, de forma totalmente dedicada, traçaram e desenharam esse plano que sequer outros estados conseguiram fazer com a mesma magnitude, com a mesma presteza, e com a mesma severidade.

Desde a saída desses, do material, das doses, do Instituto Butantan, sendo distribuídas para o Centro de Distribuição e Logística, outras iam da capital para 22 municípios, e dessa maneira, especialmente para esse centro de distribuição, tinham a possibilidade de irem para 25 grupos de vigilância epidemiológica, que nós chamamos de GVE, para serem retirados para 622 municípios. Então 22 municípios, mais a capital, eram aportados diretamente, enquanto, como eu disse, 622 municípios tinham a sua retirada nesses grupos de vigilância epidemiológica, fazendo então com que as estratégias de vacinação fossem realizadas por cada um dos municípios, sob a regência das secretarias municipais da Saúde.

Na fase 1, o público-alvo estava contemplado trabalhadores da Saúde, idosos residentes em instituições de longa permanência, que eram exatamente institucionalizados, pessoas portadoras de deficiência acima de 18 anos, que estavam em casas de apoio, ou residências inclusivas, a população indígena aldeada, e um diferencial do Plano Nacional de Imunização, foi uma solicitação do governador, para que os quilombolas fossem também inseridos nessa fase, o que dava 5.500 pessoas a serem inseridas nessa fase 1.

Na fase 2 nós temos os idosos, lembrando que acima de 90 anos nós temos 206 mil cadastrados, 309 mil de 85 a 89 anos, e 563 mil acima de 80 anos, entre 80 e 84 anos. As estratégias para o faseamento de idosos, nós começamos dia 5 de fevereiro com idosos acima de 90 anos, nós antecipamos a vacinação para o dia 12 de fevereiro, de 85 a 89, e agora, a partir da segunda-feira, nós teremos de 80 a 84 anos, que serão inseridos com a possibilidade, através dessas novas, a ampliação do número de doses que estão sendo aportadas, especialmente agora com a chegada de mais dois milhões de doses da AstraZeneca, a possibilidade de começarmos, de uma forma muito gradual, alguma faixa etária abaixo de 80.

Mas isso ainda não ficou definido ou estabelecido. Temos ainda um programa VaciVida, que é uma plataforma on-line que permite o registro dessas doses aplicadas. É exatamente o registro VaciVida que dará a condição de nós avaliar o vacinômetro, e logo mais eu vou pedir uma atualização, no término da palestra, para saber quantas foram as pessoas que já receberam a vacina. Na verdade o vacinômetro computa o número de doses que foram utilizadas, a primeira, e quantos já receberam a segunda dose.

O VaciVida, portanto, é uma plataforma muito importante para nós podermos monitorar essas vacinas, que são patrimônio público. E através da resolução que foi feita aqui pela Secretaria de Estado da Saúde, agora no dia 21 de janeiro, nós temos que

colocar, de forma nominal, quem foram nesses pacientes que receberam essas vacinas, garantindo uma forma bastante transparente, e lúcida, daquilo que é feito com cada vacina, uma vez que cada vacina vale.

Nós tivemos um pré-cadastro desse programa, que nós chamado Vacina Já, é e a seguir um atendimento também ao próprio “call center”, que é um serviço de “help desk” para os municípios, tendo serviços de orientação, bem como a troca de algumas informações e orientações para aqueles que realmente pudessem ter algum efeito colateral – o que deveria fazer frente a isso. E assim, como disse, também a calibragem pelo vacinômetro, computando não apenas com o número de pessoas vacinadas, mas as doses utilizadas tanto – nós temos os dados atualizados pelo vacinômetro. Vamos lá? Eu não enxergo.

Dois bilhões, 111 mil, 962 doses da vacina. A primeira dose quantas? Primeira dose nós tivemos um milhão, 686 mil 928; e de segunda dose 425.034, portanto essa atualização agora, há 15 minutos, 15:20, ou seja, nós temos em tempo real a atualização, e podemos saber, inclusive, qual foi o Município que vacinou, aquele que vacinou, e o quanto vacinou, o ranking dos vacinados.

Isso é muito importante, até porque nós nos utilizaremos desse sistema VacíVida para podermos aportarmos nos municípios. Alguns municípios falam: “Poxa vida, vocês não manda mais vacinas?”. E aí nós temos como olhar o quanto realmente foi vacinado, para dizer: “Olha, mas você não vacinou, você tem ainda disponível no seu meio vacinas, então acabe as vacinas, para que você possa, portanto, receber as outras vacinas”.

Queremos trazer um dado agora, de janeiro a fevereiro deste ano, é um comparativo, que é dizer que, infelizmente, nós não vivemos apenas a Covid-19, além de todas as doenças que nós temos, infarto, as complicações do diabetes, os AVCs e os derrames, nós também temos, nós vivemos num país tropical, e que ainda tem a presença de dengue, chikungunya e de zika. E que nós infelizmente temos agora, notificados em 2021, dengue: 18.709 casos, e podem ter certeza do que eu estou falando, esses dados são subnotificados. Por quê?

Muita gente vai com dor no corpo e febre. E aí o pessoal fala: “Não, isso é o Covid”, “Ah, o teste”, “Não, o teste você fez em tempo errado”, ou nem pede de teste. Então nós estamos deixando de fazer mais diagnóstico de dengue. Tivemos, neste ano, 451 casos de Chikungunya, lembrando que no ano passado, no mesmo período, tivemos 457, portanto, igual ao que nós tivemos. Tivemos no Guarujá hoje já 80 casos de chikungunya notificados, e temos zika.

Isso é muito triste, porque nós temos já 19 casos de zika em gestantes, e quantos devem ser os casos que estão aparecendo, e também sendo diagnosticados como Covid, e infelizmente são zika, e se acontecem em gestantes, e não tiverem seu diagnóstico estabelecido, podem levar a todas as malformações que nós muito sabemos. A situação do sarampo é uma outra realidade, nós tivemos como suspeitos ano passado 36 – desculpa, só este ano 36, no ano passado tivemos 2.861. Volto a dizer, talvez tenhamos subnotificação, porque as pessoas só olham qualquer quadro viral como sendo Covid, eu falo isso como médico infectologista. Muito obrigado, estou aberto aí a perguntas.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Terminada a apresentação do relatório quadrimestral, nós passamos, neste momento a chamar o nome dos parlamentares inscritos, para que façam as suas indagações. O primeiro a se inscrever é o deputado Ataíde Teruel.

**O SR. ATAÍDE TERUEL - PODE** - Presidenta, boa tarde. Boa tarde aos caros colegas deputadas e deputados. Ouvindo atentamente a apresentação do nosso querido secretário, a quem agradeço a gentileza do secretário e sua equipe, eu percebo que, no estado de São Paulo, nós temos aí mais de 60 milhões de pessoas, e até agora apenas foram vacinadas 1.650.000, aproximadamente.

Eu não entendi direito qual é o tempo necessário para que toda essa população, principalmente do estado de São Paulo, seja vacinada. E uma outra preocupação que eu tenho aqui, e tenho observado: muitas pessoas que tomaram a primeira dose estão ficando apavoradas, pois não têm a segurança, não tem a certeza, de quando tomarão a segunda dose. Caso essa segunda dose não seja aplicada no período recomendado, a primeira dose perde o efeito? Essa é uma pergunta. E depois eu recebi, eu acho que já tem alguns colegas que receberam aqui algumas informações de alguns municípios.

Eu vejo aqui que Bauru, Presidente Prudente, Araraquara e Barretos estão na fase vermelha. Semana passada eu recebi aqui, através do vereador do Podemos, o Pastor Bira, um ofício com a assinatura dos 17 vereadores de Bauru. E eles pedem lá providências do Exmo. Sr. Secretário da Saúde em relação à ativação em definitivo do Hospital das Clínicas de Bauru, para a redução do déficit de vagas na região. Pedem também a abertura de novos leitos no Hospital de Base em Bauru, vistoria na obra do Hospital Manoel de Abreu, que se encontra desativado há mais de cinco anos, reposição de medicamentos de alto custo no Hospital Estadual Bauru, e uma revisão no Sistema Cross de distribuição de

vagas na região, visto que tal sistema tem acarretado diversos prejuízos aos pacientes, que precisam de internação imediata dos hospitais.

Se o senhor puder me dar uma orientação, para que eu possa responder aos queridos vereadores do Município, e às pessoas que me perguntam sobre o prazo de validade da vacina enquanto não acontece ainda a segunda dose, por favor.

**O SR. JEAN CARLO GORINCHTEYN** - Eu vou dividir todas as perguntas, tanto com a Dra. Regiane de Paula, que é coordenadora de controle de doenças, e também responsável por todo o Programa Estadual de Vacinação, e também com o secretário-executivo, Eduardo Adriano Ribeiro, com relação a algumas delas.

Eu só quero fazer uma consideração. Primeiro, que nós estamos tendo toda a atenção a todos os municípios que estão tendo uma elevação do número de ocupação das suas unidades de terapia intensiva. Nesses locais, de forma absolutamente imediata, nós estamos procedendo à ampliação do número de leitos, assim como a oferta, como eu disse, de respiradores, respiradores emergenciais.

E, além das ofertas de respiradores emergenciais, nós estamos fazendo outro programa, que é fazer em 21 regiões do estado de São Paulo a Tele UTI, que é uma assistência qualificada em atendimento de UTI, que isso vem impactando na redução do número de mortes, por orientar tanto o profissional médico, quanto o profissional da fisioterapia e da enfermagem, no atendimento, na assistência, da nossa população. Então, a questão de Bauru também é uma das regiões que é a corrida por essa ampliação de número de leitos, para uma melhor assistência neste momento, mas maiores detalhes quem dará sobre a região é o Dr. Eduardo Ribeiro.

Quero aproveitar e dizer que todas as doses de vacinas que estão sendo fomentadas são vacinas que têm como prerrogativa terem a garantia da segunda dose. Quem tomou a primeira vai receber, num período definido de até 28 dias, o recebimento da segunda dose. Essa é uma prerrogativa do Governo do Estado, mas é uma exigência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, segue as exigências do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde. Então quem tomou a primeira dose receberá a segunda dose, porém nós temos que levar em consideração que eventualmente, por um motivo ou outro, alguém possa não receber essa segunda dose, ou porque adoeceu ou por que viajou por algum compromisso e não pôde manter esse prazo.

Nós lembramos que essas doses, que é a vacina, ela ainda se mantém ativa no nosso organismo. Quando eu recebo uma segunda dose do imunizante, eu faço aquilo que

nós chamamos de reforço vacinal, e isso é muito bem estabelecido na pediatria, quando a mãe esquece de dar as doses de reforço, e a faz depois de dois, três ou quatro meses de atraso, e nem por isso ela precisa reiniciar um esquema vacinal completo. Porque ela faz simplesmente uma ativação daquelas células que nós chamamos de memória, e procede à produção de defesas; das quais chamamos de anticorpos, específicos para o vírus, no caso da Covid-19. Mas quem vai trazer maiores informações, como eu disse na primeira consideração, é a Dra. Regiane de Paula, que está aqui do meu lado.

**A SRA. REGIANE CARDOSO DE PAULA** - Boa tarde, nobre deputado. Cumprimento a todos, e em seu nome a todas. O Programa Nacional de Imunização nos envia, ao estado de São Paulo, 22 e meio de tudo aquilo que ele recebe de vacina, seja do Butantan ou da AstraZeneca. Então aquele número que foi mostrado pelo nosso secretário é o quantitativo de doses que nós recebemos.

E, seguindo o calendário do Programa Nacional de Imunização, iniciamos então, com trabalhadores da Saúde, e no momento em que nós começamos a trabalhar, vacinar, os trabalhadores da Saúde, nós precisamos, inclusive, fazer um recorte, e trabalhar com os profissionais da linha de frente, devido ao quantitativo de vacinas que nós tínhamos. Então nós trabalhamos principalmente com esses profissionais da linha de frente da Covid, depois os trabalhadores que estão então também dentro da linha de frente da Covid, ampliamos para os trabalhadores da Saúde, e aí com mais de 60 anos.

Estamos também com o grupo de 90 anos e mais, e 85 a 89 anos. E por que nós estamos trabalhando especificamente com um grupo de 90 anos e mais, e agora 85 e 89 anos? Porque esse grupo, quando ele adoece de Covid, 37,7 % vai a óbito, então essa é uma forma que nós temos de, frente ao quantitativo de dose de vacina que nós temos disponíveis no estado de São Paulo, vacinar. Lembrando que, em números absolutos, o estado de São Paulo é aquele que, até o momento, mais vacinou no Brasil. Então quando a gente olha, nós temos um número absoluto de doses aplicadas que, é assim, três vezes mais, na verdade quatro vezes mais que o estado do Mato Grosso.

Então nós vacinamos muito mais em números absolutos, mas temos 46 milhões de habitantes, sendo que nós temos que também fazer um parentes aqui, que as gestantes, e os menores de 18 anos, neste momento não tem estudos que digam que a gente possa vaciná-los. Então trabalhamos com uma população elegível, que é exatamente essa. E, no dia 1º de março, iniciaremos então de 80 a 84 anos, como um novo público-alvo.

**O SR. JEAN CARLO GORINCHEYN** - Muito bem, para sequenciamento da segunda resposta, que é exatamente voltada para Bauru, eu peço então as considerações do Dr. Eduardo Adriano.

**O SR. EDUARDO ADRIANO RIBEIRO** - Bom, boa tarde Sras. e Srs. Deputados. Atendendo então aqui a solicitação de informações do deputado Ataíde Teruel, em relação à região de Bauru, nós temos já, de longa data, uma atuação bastante intensa na região. Começando pela colocação do Hospital do Centrinho, que é onde funciona hoje o hospital de campanha, que conta neste momento com 30 leitos de enfermaria, em fase final de ativação de mais dez leitos de enfermaria, chegando a 40 leitos de enfermaria, e a ampliação de mais dez leitos de UTI, dentro de uma ação judicial que está tramitando no âmbito de Bauru.

Lá nós temos um conjunto de hospitais, que totalizam e reúnem todos os leitos hospitalares públicos de Bauru. É importante, quando nós falamos da atuação e do papel que o estado de São Paulo cumpre em Bauru, nós estamos falando de uma cidade cuja totalidade dos leitos públicos oferecidos pertence ao estado de São Paulo. O município de São Paulo não, é o município de Bauru, ele faz o seu enfrentamento na atenção básica, e o estado de São Paulo oferece os leitos de internação.

Em relação à solicitação de ampliação de atividades, nós apoiamos dez leitos de UTI, dez leitos de enfermaria da Covid no Hospital de Base de Bauru, que é para que o Hospital Estadual de Bauru possa ampliar ainda mais a sua atividade Covid. Implantamos mais dez leitos de UTI no Hospital Estadual de Bauru.

Ainda para atender a região ampliamos recentemente mais dez leitos de UTI no Hospital de Promissão, estamos apoiando mais dez leitos de suporte ventilatório no Hospital Amaral de Carvalho, de Jaú. Em relação ao Hospital Manoel de Abreu, é um hospital que está em reforma, nós temos cerca de 30 a 40% da reforma executada, então é um hospital que está em fase de reforma para a retomada das suas atividades, a partir de 2022.

E aí, em relação ao abastecimento de medicamentos, nós temos, do total de 312 itens, 299 itens abastecidos, faltando 13 itens, então são 13 itens que estão neste momento em fase de aquisição, três aguardando entrega do fornecedor, seis em processo de aquisição, com retomada de pregões que foram fracassados, e quatro medicamentos que tiveram descontinuidade de produção no mercado. Então nós estamos fazendo a orientação em cada prescrição para a substituição do princípio farmacêutico.

Então eu espero aqui, deputado, ter pelo menos abordado todas as questões, e estou à disposição. Obrigado.

**O SR. ATAIDE TERUEL - PODE** - Obrigado ao nosso secretário.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Obrigado, Eduardo. Neste momento, com a palavra deputado Roberto Morais, para as suas considerações.

**O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA** - Obrigado, deputada Analice, deputados e deputadas que compõem a Comissão de Saúde. A partir de hoje eu faço parte oficialmente desta Comissão, é um motivo de orgulho, e também de responsabilidade. Quero saudar aqui o nosso querido secretário de Estado da Saúde, que faz um trabalho realmente muito importante, na maior secretaria do Estado, o Dr. Jean e a sua equipe, um abraço para o Nikio.

Quero agradecer-lo aqui pela Regiane Portes estar na direção do nosso DRS-10, substituindo o nosso querido Dr. Hamilton Bonilha, um dos melhores infectologistas do Brasil, que deixou o comando em novembro, depois de quatro anos, e a Regiane é uma funcionária de carreira, que faz, realmente, um trabalho maravilhoso. Secretário, eu tenho duas perguntas a fazer. Eu acho que o senhor já está cansado de responder essa pergunta. Na madrugada de 22 para 23 dezembro nós, que somos a base de apoio do Governo, aprovamos o Orçamento fechado.

Aí no primeiro ato do ano, no dia 1º de janeiro, houve o contingenciamento de 12% das Santas Casas. Isso abateu não só a minha região, de Piracicaba, mas como 645 municípios, ou então aqueles que possuem as Santas Casas. Aqui, além do Hospital do Câncer e da Santa Casa, nós temos o Hospital Regional, que foi inaugurado há três anos – ele é dirigido pela Unicamp, aí o abate deles foi de 7%. Nesse primeiro trimestre, aumentando o Orçamento do Estado, há alguma condição do Estado, do Governo, voltar a ser o que era?

E outra pergunta. O senhor não era ainda o secretário, nós estivemos com o Dr. Germann aí na secretaria, acompanhado com o ex-prefeito, Barjas Negri, o secretário de Saúde, Pedro Melo, do vereador Gilmar Motta, que hoje é o presidente da Câmara. E o Município fez uma doação para o Estado, de um terreno, para a construção do Hospital Veterinário, naquela época houve um compromisso de Governo, de começar essa obra.

Então são esses dois questionamentos que eu faço, parabéns pelo trabalho, conte conosco na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Eu gostaria só de ouvir essas duas respostas, porque eu acho que talvez seja também o questionamento aí, principalmente dos 12% e de outros parlamentares. Muito obrigado, secretário.

**O SR. JEAN CARLO GORINCHTEYN** - Eu que agradeço, deputado Roberto Morais. É importante essa consideração, e nós temos realmente uma discussão realmente bastante árdua e muito importante, que a Saúde tenha a nossa assistência, e para ter assistência ela precisa ter recursos. Nós sabemos que a maioria das Santas Casas, ela acaba tendo já o seu déficit financeiro, ter o impacto ainda maior acaba sendo um problema maior.

E essa é uma preocupação exatamente do Governo agora, de tentar minimizar o máximo o que vem acontecendo. Então é capaz que nos próximos meses nós tenhamos alguma posição aí de retorno, nós estamos acolhendo as Santas Casas de forma muito particular, dando os investimentos. Nós lembramos que o que nós temos hoje é a possibilidade, inclusive, dos recursos de Covid-19, nós temos a intenção de que as Santas Casas continuem atendendo especialmente a Covid-19, entendemos que neste momento a assistência tem que ser diminuída para a realização de cirurgias eletivas, e que podem, sim, ser postergadas.

É claro que a análise deve ser individualizada para cada paciente, mas o incremento de recurso que vem acontecendo especialmente tentando, de alguma, acolher e ajustar um eventual déficit é através, exatamente, da assistência e de recursos para a Covid. Nós estamos em plena, e franca, com vocês viram nas estatísticas acima, de circulação da Covid-19. Estamos internando mais, estamos internando, inclusive, jovens. Hoje, por exemplo, eu não teria sentido em fazer uma cirurgia de catarata, por exemplo, uma cirurgia para corrigir uma hérnia lombar, uma hérnia de disco, tirando essas pessoas da sua casa, colocando essas pessoas em risco, e mais, ocupando os leitos que poderiam estar destinados à Covid.

Portanto, são necessárias, então nós entendemos que nos próximos meses nós estaremos reaportando valores, seguramente, para as Santas Casas, no sentido de poder, aí sim, uma população imunizada, não na sua totalidade, mas no percentual maior, para que nós possamos fazer não um plano pós-Covid, mas um pano trans-Covid, enquanto a pandemia ocorre, nós possamos investir recursos na Saúde para outras doenças que não só a Covid-19.

Com relação à questão do Hospital Veterinário, nós estamos em processo licitatório em andamento, em negociação com a própria Prefeitura para a emissão de laudo técnico de avaliação da obra. Então isso já está aí na Prefeitura, seria interessante que o deputado pudesse também fazer a sua colaboração, no sentido de cobrar esse laudo técnico. E, dessa maneira, nós possamos também dar celeridade a esse projeto, que não é apenas uma promessa, mas é algo de campanha do próprio governador João Doria, em fazer essa construção. Então é mais do que uma promessa, é honra.

Então dessa forma nós vamos aguardar isso, para que a construção seja estabelecida. Quero aproveitar e pedir que dê um grande abraço ao meu fraterno amigo Hamilton Bonilha, que além de grande gestor é um grande médico, também infectologista. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Dando continuidade, passo agora a palavra à nossa colega, Janaina Paschoal. Antes ainda, deputada Janaina, se me permite, registrar a presença da minha líder, a líder da bancada do PSDB, a deputada Carla Morando, que eu visualizo aqui a presença dela. E também cumprimentá-la pelo brilhante trabalho que o seu marido, prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, vem fazendo, principalmente voltados na área da Saúde e no combate à pandemia. Muito obrigada pela sua presença, deputada, líder do PSDB, Carla Morando. Com a palavra, deputada Janaina Paschoal.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Obrigada, minha presidente, obrigada. Passada minha Presidência, obrigada.

**A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL** - Obrigada, presidente, cumprimento todos os colegas. Cumprimento também o Sr. Secretário e sua equipe, agradeço a gentileza e a atenção de sempre. Secretário, eu tenho alguns pontos, vou procurar ser concisa, eu quero juntar, até já conversei com V. Exa. numa reunião presencial. Agradeço por ter me recebido. Eu quero voltar à situação do HC Bauru, porque desde aquela nossa reunião, eu conversei com outras tantas partes, voltei a falar com a USP, estive ontem na Procuradoria-Geral do Estado, onde também fui muito bem recebida pela Sra. Procuradora e toda a equipe.

Eu queria entender, secretários, se existe por parte do Governo o desejo de receber o prédio do HC de Bauru em cessão. Veja, eu nem estou entrando no mérito se vai ser

transformada em autarquia ou não, se vai ficar na USP ou não. Eu queria saber se existe esse desejo, porque da reunião que eu fiz com o senhor eu senti que haveria, assim, essa disponibilidade. Depois, quando houve uma reunião com o governador e os colegas deputados, na presença do secretário Vinholi, eu levei de novo o problema. O secretário Vinholi eu também entendi que estaria disposto a receber o prédio em cessão. A USP diz que quer, não só quer dar em cessão, como afirma que já foi feita essa cessão.

Eu solicitei o documento, a USP ainda não me entregou, mas eles afirmam que existe esse documento de cessão. E eu queria saber, secretário, se existe esse desejo, porque eu estou trabalhando, nessas reuniões por todas as partes, acreditando que existe o desejo. Porque se existir o desejo, a gente busca um caminho jurídico, que poderia ser um Projeto de lei do próprio Governo, para transformar em autarquia ou uma reafirmação dessa cessão já feita.

Ontem, inclusive, na procuradoria, a equipe da procuradora sugeriu fazer uma reunião com todas as partes, eu me dispus a acompanhar essa reunião, de uma maneira, como é que eu posso dizer assim, técnica, entendeu? Não é dizer assim: “Tem que fazer isso, tem que fazer aquilo”, eu quero compreender o que cada parte quer, para que a gente consiga encontrar um caminho, porque quando eu converso com o Governo, eu sinto que o Governo quer o prédio para instalar o hospital. Quando eu converso com a USP, a USP quer ceder o prédio para o governo instalar o hospital.

Só que parece que não existe comunicação entre essas duas partes, então eu queria, se possível, se é que já tem uma orientação sobre o destino desse prédio, eu queria ouvir o senhor, porque eu me preocupo não só com o prédio ali, que poderia estar muito mais bem aproveitado, a população tendo mais um serviço de Saúde, não só com a situação dos estudantes de medicina, mas com dinheiro público que foi empregado naquela obra, não é?

Então assim, se houve algum tipo de erro jurídico no passado, eu acredito que existe o dever de a gente correr atrás e solucionar essa situação, porque foi muito dinheiro público investido naquela obra, secretário. Então assim, a minha intenção é colaborar para que aquele recurso público seja, assim, utilizado da maneira mais efetiva possível, para a população, para os estudantes. Então esse é um ponto que eu queria trazer, bem objetivo. Não é para saber, assim: “Ah, se Bauru tem rede de Saúde, se não tem”. Eu queria saber o que se pretende fazer com aquele prédio. Então esse é o ponto número um.

A questão número dois, que na verdade tem aí um, como é que eu posso dizer, uma encruzilhada de três problemas, de três situações. O colega que me antecedeu falou

do corte de 12% nas filantrópicas, nas unidades filantrópicas. Por força desse corte, muitas unidades estão encerrando serviços, estão demitindo pessoas, estão fechando setores. Aí eu confesso ao senhor que eu misturei duas outras situações, quando expedi vários ofícios para a secretaria da Saúde, a sua equipe deve estar cansada de ler o meu nome lá.

E, conforme os ofícios foram sendo respondidos, eu pude entender que existem dois outros problemas, ou duas outras questões ao lado desse corte dos 12%. Tem um corte de 7,5% que não é esse da cartinha que o pessoal das filantrópicas recebeu. Pelo o que eu entendi dos ofícios respondidos pela própria coordenadoria de gestão de contratos de serviços de saúde da Secretaria da Saúde, alguns serviços foram encerrados por força de um corte de 7,5% do orçamento para a Saúde.

Eu estou lendo aqui os ofícios, por exemplo, os serviços em Sumaré foram fechados, por força do corte de 7,5%, serviços no Pirajuçara, serviços no Francisco Morato, e a própria equipe da secretaria me esclareceu que esses cortes de serviço, decorrentes do corte de 7,5%, não têm nada a ver com o fechamento/referenciamento dos prontos-socorros, tá? Aqui vou falar, por exemplo, Hospital Vila Alpina, Hospital Pedreira, Hospital Itaim Paulista, Hospital Grajaú. Então nós teríamos três situações paralelas, impactando, vamos dizer assim, a Saúde do estado de São Paulo, ao mesmo tempo. E aí eu demorei um pouco para ter clareza desse cenário, porque quando o cidadão liga no gabinete reclamando, para ele é um serviço que foi encerrado.

Ele não sabe se é por causa dos 12%, se é por causa do 7,5%, se é porque foi referenciado o pronto-socorro. Então eu queria, se possível, ouvir V. Exa. sobre esse cenário, porque me parece muito grave, e eu falo aqui com todo o respeito, porque eu sei que muitas vezes a pessoa que está à frente da pasta não tem como cuidar de tudo. Houve um corte, e eu votei contra esse corte, eu votei contra o Orçamento, e tem aí todos os registros na Casa, mas que ele queria entender porque que acontece no meio de uma pandemia o corte de 12% nas filantrópicas, e um corte de 7,5%, impactando serviços importantes, como a oftalmologia, por exemplo. Num primeiro momento até a pediatria, depois teve um recuo em alguns hospitais.

E aí eu fecho fazendo uma pergunta muito direta: eu fui na Secretaria Municipal de Saúde semana passada, estive com a equipe do secretário municipal, e eles disseram o seguinte: a capital, eu vou tentar fazer isso com outras cidades, mas a capital tem condições de absorver os casos de saúde básica, ou de falta de saúde básica, que vêm desses hospitais que serão referenciados. Então aqueles casos de baixa complexidade, o

Município tem condições de absorver, mas nós, Município, e acredito que isso seja dos demais também, precisamos ter certeza que, quando nós estamos com o paciente aqui, em uma UBS, infartado – um paciente que sofreu um AVC –, que nós vamos pegar nossa ambulância, levar direto no hospital referenciado, e esse paciente vai ser imediatamente atendido.

Ou seja, que eu não vou precisar ficar com esse paciente no corredor da UPA, no corredor da UBS, esperando o Cross liberar a vaga. Então eu queria saber, secretário, se isso é uma garantia da Secretaria Estadual, da mesma maneira como eu pedi, quando eu fui ao gabinete, que a triagem seguisse funcionando mesmo depois dos 90 dias, para que ninguém ficasse sem um primeiro atendimento.

Então eu queria, se o senhor pudesse, falar – eu sei que é muita coisa, mas é um cenário, é assim, são medidas paralelas. Todas, a meu ver, prejudiciais à Saúde, num momento muito delicado. Eu estou tentando ser técnica, estou tentando visitar as secretarias municipais, estou tentando entender e separar as queixas dos munícipes, dos cidadãos que entram em contato aqui no gabinete. Mas eu queria ter um diagnóstico do senhor diante desse quadro que eu estou apresentando, e quais medidas estão sendo tomadas para mitigar esse impacto na Saúde pública do estado de São Paulo.

**O SR. JEAN CARLO GORINCHTEYN** - Muito bom, não sei se eu consigo lembrar todas as perguntas, deputada Janaina, mas vamos lá. Eu vou até dividir algumas das respostas com o meu secretário-executivo, Eduardo Adriano Ribeiro. Com relação ao que você colocou, muito benfeito, sobre o HC, e se existe esse desejo de cessão, existe. Porque existe, na verdade, um projeto maior de Governo, que é, através da associação realmente transformar esse hospital em autarquia, e fazer uma vinculação direta com o Hospital Escola do HC.

Então existe essa vontade, existe uma prerrogativa, inclusive, de o Governo fazer isso. Temos travado trâmites, todos burocráticos, que estão sendo definidos, porque eu acho que é hora de definir, é como você mesmo falou, nós temos que resolver isso. “Ah, mas não resolveram”, resolveram é sujeito indeterminado, nós estamos aqui e a gente tem que ir adiante. Esse é um pleito da região, e é uma necessidade, é uma necessidade de a gente fazer realmente esse hospital, fazer vingar, e atender realmente essa população.

Não só a faculdade de medicina, mas toda a população dessa região, que eu não tenho dúvida que vai ser muito bem beneficiada com essa atitude. Então a questão é organizar, realmente, essa questão da burocracia.

O segundo aspecto, dos cortes das filantrópicas, a gente sabe que alguns serviços, por exemplo, o Sumaré. Eu fui procurado pelo prefeito de Sumaré, assim como o próprio secretário, e uma das coisas que eles queriam era fechar a pediatria, e fechar a oftalmologia. E aí nós entendemos que não havia sentido de fechar a pediatria, que acabou sendo mantida, ela não foi fechada, nós demos o aporte de recursos para a região.

Mas nós entendíamos que, neste momento, a oftalmologia, ela não deveria ser mantida aberta. Como eu disse, como que eu vou fazer cirurgia de catarata em idosos, tirar os idosos de casa e ofertar isso, até porque nós temos uma referência ali que é um tanto, que tem um serviço de oftalmologia bastante consagrado, aliás um dos melhores serviços de oftalmologia do mundo, lá na Unicamp. E, dessa forma, em comum acordo, se entendeu que se, eventualmente, um serviço precisasse ser recolhido temporariamente, como é o caso da oftalmologia, se poderia ser feito sem prejuízo à sociedade. O que não poderia acontecer é um pronto atendimento de pediatria, uma enfermaria de pediatria. Isso realmente não foi feito, exatamente, como eu disse, por aporte de recursos.

Então nós tivemos, por exemplo, uma outra questão relacionada a Francisco Morato. Em Francisco Morato nós tivemos especialmente relacionada a leitos cirúrgicos. A gente acabou sempre fazendo um outro hospital de referência, para que aqueles leitos pudessem ser aportados para a Covid, e a outra unidade tivesse um atendimento, que é a unidade de Franco da Rocha, pudesse acolher esses pacientes cirúrgicos. Então, dentro do que a gente chama de Diretório Regional de Saúde, um hospital compensa outro. Agora, a sua colocação é uma colocação muito bem-vinda com relação a essa questão de os hospitais serem referenciados.

Ontem, por coincidência, nós recebemos aqui alguns secretários da saúde, de Arujá, Santa Isabel e Mogi das Cruzes. Uma das queixas de Mogi das Cruzes é que, eventualmente, chegaram pacientes em ambulância que não eram atendidos, então imediatamente nós precisamos atender. O paciente de ambulância, ele é paciente que não é para ser atendido em uma Unidade Básica de Saúde. Eu pedi, então, para fazer essa apuração, para entender quais foram as condições, porque houve negligência nesse atendimento.

Um paciente que sai da sua casa de ambulância, ele não vai simplesmente porque ele está com uma dorzinha nas costas, então ele merece uma assistência médico-hospitalar. E a colocação é que sequer ele foi avaliado naquela unidade, ou seja, ninguém entrou para aferir temperatura, pressão e saturação de oxigênio.

Quer dizer, então nós temos uma série de questões que estão sendo, eu pedi tanto para o prefeito, quanto para o secretário, o Henrique Naufel, apurar esses fatos, porque isso contradiz aquela orientação. Porque quando a gente diz que o Município tem que atender os seus munícipes, então quando eu digo dor nas costas, é uma coisa, mas que eu estou dizendo um indivíduo que tem uma dor lancinante nas costas, que não melhora com nada, ele não vai melhorar em uma Unidade Básica de Saúde.

Então esse bom senso, ele tem que prevalecer pelas partes, e eu acho que nós temos que estar bastante atentos, porque isso realmente não pode acontecer, não deveria ter acontecido, e não pode acontecer, nós estaremos vigilantes sim. Quem vai fazer a consideração maior, e a complementação, é o Dr. Eduardo Adriano, por favor.

**A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Obrigada.**

**O SR. EDUARDO ADRIANO RIBEIRO -** Deputada, prazer em novamente poder lhe prestar informações. Eu vou aqui adentrar um pouco na questão do referenciamento dos prontos-socorros. A gente já vem aprofundando essa discussão há algum tempo, efetivamente, a partir de 1º de fevereiro nós iniciamos um processo progressivo de referenciamento aqui na cidade de São Paulo, de quatro prontos-socorros: Vila Alpina, o Itaim, Grajaú e Pedreira.

E fizemos isso, é precedido de uma pactuação, uma pactuação no colegiado regional, e uma pactuação com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, inclusive discutindo ontem profundamente esse tema no Conselho Estadual de Saúde. Um ponto que nos traz bastante satisfação é que, no mérito, mesmo o Conselho Estadual de Saúde, eles estão de acordo com a importância da medida que é o referenciamento de um pronto-socorro. Eles questionam, sim, como é direito deles, se o momento ideal era agora, se o prazo que nós demos, de 90 dias, será ou não suficiente para fazer uma transição mais ajustada.

Porque esse processo é um processo, deputada, acima de tudo, de entendimento da população. Nós precisamos que a população, precisamos convencer a população, e a gente só convence com atitudes, a gente não convence com o discurso, de que ela pode ser atendida nas suas necessidades, quando os casos forem leves, muito leves, nas unidades municipais. Para isso precisamos da parceria do Município, também, em ter capacidade de acolher. Alguns municípios, nesta fase de pactuação, entenderam que não

era possível neste momento fazer pactuação conosco, e nesses casos nós entendemos por bem não avançar, algumas situações que deram assim.

Nesse caso, o que nós já podemos observar, e aí faz todo sentido fazer esse referenciamento, não por uma questão orçamentária, porque não significa que um hospital referenciado vai custar menos, que esse hospital deixe de atender casos leves, e muito leves, no pronto-socorro, e aumenta o seu atendimento de alta complexidade. Eu já tenho aqui alguns números que eu gostaria de socializar com a senhora, que neste período, do dia 1º de fevereiro até ontem, lembrando que os hospitais não fecharam o atendimento, a orientação dos hospitais, e eu sei que algumas situações fugiram da nossa orientação, e nós já fizemos um ajuste com cada gestor, é que os atendimentos continuem sendo feitos.

Inclusive, uma observação muito oportuna da senhora, as triagens têm que ser intensificadas, eu tenho que treinar muito mais quando eu estou no processo de convencimento da população, de que ela não está deixando de ser atendida. Então nesse período, deputada, nós temos um aumento de atendimento por cada um desses hospitais. Dos casos da Cross, Grajaú aumentou 28% do aceite de casos na Cross, Pedreira aumentou 67%, o Itaim triplicou o atendimento de casos para a Cross.

O recebimento de casos do SAMU, o Grajaú duplicou recebimento de casos do SAMU do dia 1º de fevereiro para cá. Itapeverica aumentou 67%, Vila Alpina 33%. Então nós estamos com uma moeda de duas faces. Uma face é como nós temos que administrar e garantir que a população que tem uma situação que não é de gravidade premente para o pronto-socorro possa ser atendida na atenção primária, esse é o nosso desafio, e com isso contamos também com o apoio do Município.

A outra face dessa moeda é o quanto nós conseguimos avançar. Aparece pouco na mídia o fato de ter triplicado a capacidade de recebimento de um hospital desse na Cross, mas esse é um fato muito relevante, nós já temos algumas situações de alguns prefeitos já sinalizando satisfação por ter percebido que o atendimento dos casos de ambulância, para esses hospitais, já foi melhor, que é o que a senhora bem colocou. Esta é a contrapartida que precisa ser dada. Então o intuito do referenciamento não é economizar recursos, é otimizar o seu investimento, é fazer no hospital aquilo que só ele sabe, e casos que fujam dessa regra, a gente olha com todo o zelo, com todo o critério.

Temos aqui um canal direto de comunicação, ligação com a senhora, com todos os senhores, para que a gente possa acolher, e fazer o ajuste de alguma unidade que não está agindo da forma que foi recomendada, ou de alguma situação que não está correndo como desejamos. Então essas são algumas das colocações que eu gostaria de colocar em

relação ao referenciamento, esse é um processo de 90 dias, nós estamos numa fase de convencimento, de tratativas com a população, tentando construir, não é um processo inédito, nós já fizemos anteriormente, referenciamos o pronto-socorro do Hospital das Clínicas, por exemplo.

O HC, que já era uma referência importante, ele ampliou, em muito, a capacidade de atendimento de casos gravíssimos. Fizemos referenciamento do pronto-socorro do Hospital do Mandaqui, e o que a gente observa é que um Hospital Geral só consegue ultrapassar a barreira da alta complexidade fazendo cirurgia cardíaca, avançando em oncologia, avançando em neurocirurgia, quando a gente consegue fazer essa pactuação com a rede, tendo o seu pronto-socorro referenciado. Deputada, espero ter podido esclarecer alguns pontos. Estou à disposição, obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Obrigada, secretário. Obrigada, deputada Janaina, por sua participação. Registro, e já passo a palavra, para a nobre deputada Edna Macedo.

**A SRA. EDNA MACEDO - REPUBLICANOS** - Olá, presidente, boa tarde. Boa tarde aos nobres pares. Sr. Secretário e sua assessoria, boa tarde. Eu gostaria de ser muito breve, mas tenho três perguntinhas aqui para deixar para o Sr. Secretário me responder. Primeiro, se o Hospital Darcy Vargas vai fechar, vai ser transferido para outro local, e por que motivo? É uma coisa que eu gostaria de saber. Segundo, Sr. Secretário, o Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos, em 2019 eu visitei esse hospital, e eu sou uma deputada que visito sempre os hospitais.

No momento estou impedida por causa da Covid, eu tenho idade, sou de grupo de risco, e estou impedida, mas sempre procuro visitar, e ver as condições dos hospitais, como é que estão funcionando. Bem, o Hospital de Ferraz de Vasconcelos tem lá dois andares ociosos, mas completamente ociosos. Falta desde cama hospitalar, até os equipamentos, inclusive corpo técnico.

Então eu gostaria de saber, de 2019 para cá quais foram as providências que a Secretaria de Saúde tomou em relação ao Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos, tendo em vista a grande pandemia que temos aí, e estamos assistindo todos os dias. Quer dizer, dois andares ociosos, quando poderiam ser ocupados por pessoas que estão precisando de leitos, ponto. O terceiro, para terminar; a AME lá de São José dos Campos, chegou ao meu gabinete agora uma denúncia de que tem uma mamógrafa desde abril de

2020 que está quebrado, e eu, a AME realizava, mais ou menos, de 400 a 500 exames por mês, nas mulheres, mamografia.

Então, quando quebra uma mamografia o senhor imagina, é difícil. As pessoas, quando detectam um câncer, e o senhor como médico e secretário deve saber muito bem, o quanto é difícil, até começar o tratamento, diagnosticar e começar a tratar, a demanda aqui é muito grande, imagina uma mamógrafo quebrado. Vai fazer um ano agora em abril, porque até agora, que eu saiba, não se tomou nenhuma providência. E o senhor imagina tirar da AME 12,5% do orçamento, o quão difícil ainda mais vai ficar, se fazia de 400 a 500 exames no mês, com esse corte de 12,5% no orçamento tudo fica mais difícil, para toda a população lá de São José dos Campos.

Então eu gostaria que o senhor tomasse conhecimento, e tomasse as devidas providências para que esse mamógrafo visse a ser consertado o mais rápido possível. É isso, o meu muito obrigada ao senhor pela sua atenção.

**O SR. JEAN CARLO GORINCHTEYN** - Obrigado, agradeço muito as perguntas, deputada Edna Macedo. Bom, a primeira questão é relacionada ao Hospital Darcy Vargas. O Darcy Vargas é um dos hospitais de referência em pediatria, de oncologia pediátrica, de nefrologia, com unidades de diálise pediátrica, e referência, especialmente aqui na zona sul, mas também sendo uma unidade referenciada para outras crianças do Estado, que acabam fazendo o seu tratamento aqui.

É importante lembrar que é um hospital de ensino, que acolhe residentes que vêm de todos os estados para cá, portanto é um hospital extremamente importante para a sua continuidade. Nunca, em tempo algum, foi postulada a ideia do encerramento das atividades de um hospital de tamanha importância assistencial e educacional, universitário, universitária e de formação de médicos, médicos pediatras.

Então isso nunca realmente aconteceu. O que houve, sim, foi um esboço inicial de ampliar as instalações, com reformas, são instalações que já foram reformadas, estão bastante conservadas, e a discussão era ampliar essa reforma. Como então foi discutida a ampliação, foi dito assim: “Olha, nós podemos ainda fazer o hospital maior, e, junto desse hospital maior, mais bem equipado, ampliando as unidades, tanto de pediatria, tanto as unidades de nefrologia, de cirurgia, de quimioterapia, de câncer, voltado à essas crianças”. Então foi trazida essa possibilidade.

Quando isso veio à mente, nós tínhamos que avaliar algumas questões, as questões é que essa propriedade, o terreno pertence à União, ele não pertence ao Estado, então está

em trâmite ainda na CPU essa tratativa, de cessão do terreno para o Estado, que isso pode acontecer ou não. Se isso acontecer, ainda teremos que o chamamento público para as construtoras avaliarem qual seria a melhor forma. Será que é de construção mesmo, de reforma e ampliação, de cessão, transferência, para uma outra região que não tivesse impacto para aqueles que lá são assistidos.

Então existe uma discussão muito longa ainda, mas seguramente esse hospital tem, para a Secretaria de Estado da Saúde, tem, para o Governo do Estado de São Paulo, e tem, para o Brasil, uma impotência muito grande, nem será fechado, nunca. Se tivermos uma proposta muito boa, quando tudo estiver seguindo todos os trâmites burocráticos, seguido todos os ritos legais, se tudo acontecer, a ampliação dele, se isso não acontecer, nós avaliaremos ampliar, e otimizar, as estruturas que lá estão instaladas.

Com relação a Ferraz de Vasconcelos, nós fizemos agora, neste mês, a ampliação de 26 leitos de Unidade de Terapia Intensiva, 10 leitos de enfermarias voltadas para Covid. Aqui é outra questão, nós também usamos aquele aparelho instalar para assistência à Covid. Um, já temos um projeto de obra para o quarto andar, mas que está em trâmite de avaliação, nós não estamos dando celeridade, porque não tem sentido nenhum fazer a obra no hospital em plena pandemia. Então é importante lembrar, esse hospital está funcionando, está atendendo a população.

E o que existiu pela mídia a informação, exatamente, de que esse quarto andar albergava colchões, camas e tudo mais, mas são produtos e mobiliários obsoletos, temos outros mais modernos ali disponíveis, e ao mesmo tempo a assistência, como eu disse, à população está garantida.

Com relação ao mamógrafo, eu não tenho essa informação. Então nós chegamos até a perguntar para a equipe, nós estamos avaliando, e merece uma resposta também. Lembrando que, independentemente de pandemia, tudo o que estiver relacionado à oncologia não pode parar, diagnóstico é um deles. Eu não posso parar de fazer diagnóstico, e piorar a condição clínica dessa paciente.

Nós estaremos comprometendo a segurança e a sobrevida dela, então nós traremos resposta à senhora, porque isso é uma questão de dignidade, é uma questão de humanidade, não é questão de (Ininteligível). Eu agradeço.

**A SRA. EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Muito obrigada.**

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Dr. Jean, eu também quero agradecer, porque a sua resposta com relação ao Hospital Infantil Darcy Vargas foi muito clara, muito boa e propícia, porque várias pessoas encaminham, realmente, e-mails mensagens, principalmente para o meu gabinete, que fui, de longa data, funcionária do Hospital Infantil Darcy Vargas. Então é claro que, neste momento, as mensagens acabam ficando bastante desencontradas, e hoje o senhor fez aí uma explanação perfeita com relação à situação do Hospital Infantil Darcy Vargas, muito obrigada. Dando continuidade, passo agora a palavra para o deputado José Américo.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Obrigado, Sra. Presidenta. Eu queria saudar todos os membros da Comissão que estão presentes, saudar ao secretário, secretário Jean, e agradecer a sua presença. Bom, eu tenho várias questões, secretário, eu pretendo ser objetivo, mas eu tenho mais de uma questão.

A primeira delas, secretário, é a seguinte: eu faço parte da comissão de avaliação das contas das OSs na Secretaria da Saúde, eu e o nobre deputado Alex de Madureira. Na última reunião, eu fiz uma proposta, eu, preocupado com o fato de que as contas, elas saem da OS e vêm direto para nós, vêm para a secretaria, e vêm direto para nós, e nós não temos condições de avaliar tecnicamente essas contas.

Eu fiz uma proposta que foi bem recebida pelos membros da comissão que estavam presentes, porque na última reunião nós tivemos a apresentação dos novos membros indicados pelo senhor, então foi muito bem recebida. Do seguinte, de a secretaria contratar uma auditoria, e essa auditoria fazer uma avaliação prévia dessas contas, antes delas virem para nós.

Eu acho, meu palpite, que se a gente tiver uma auditoria nós vamos fazer uma economia razoável com as OSs, já que a gente está preocupado com isso. Não estou falando aqui de corrupção, estou falando nada, estou falando do desperdício que o excesso de terceirização e quarteirização, etc., não é? Eu acho que a auditoria pode nos ajudar. Não acho que seja necessário uma auditoria tão grande, mas acho que é necessária essa auditoria, alguém tem que fazer esse trabalho. Não pode vir para a secretaria, a secretaria não tem condições de fazer uma coisa, um pente fino, e nós também não temos, e assim vai, e aí é aprovado.

O Tribunal de Contas não só tem condições, mas não faz, não é? Então nós precisamos fazer isso. Bom, essa é primeira coisa. A segunda coisa é a seguinte, eu uma informação do senhor sobre o fechamento, ou ameaça de fechamento, de pronto-socorros

na zona leste, na zona sul, em vários pontos da cidade de São Paulo, e também da Grande São Paulo: Embu, em Itapecerica etc. Então tem uma série de boatos, e informações desencontradas, sobre o fechamento de pronto-socorro nessa região, nessas regiões, São Paulo e Grande São Paulo. Então eu queria saber do senhor o que é verdade nisso, não é?

Bom, a terceira coisa é a seguinte, como é que o senhor está avaliando a volta às aulas dos alunos, neste momento que é um momento de recrudescimento da pandemia, recrudescimento da pandemia muito forte, talvez a gente tenha aqui voltado aos piores momentos da pandemia no estado de São Paulo.

A volta às aulas, ela já, segundo a Apeoesp, nós já tivemos 1.000 professores contaminados. Contaminados por Covid, e tivemos pelo menos dez mortos até agora. Então como é que a secretaria está enfrentando esse problema?

Bom, por último, eu queria me referir ao seguinte, o deputado Douglas Garcia, ele encaminhou um ofício acho que para todos nós aqui, e eu não tenho condições de falar de tudo o que o Douglas levantou, mas tem uma coisa que levantou, que eu já tinha recebido aqui. Ele diz o seguinte, que na AME de São José dos Campos o único aparelho de mamografia que tinha lá está quebrado, está quebrado já há alguns meses, e que, portanto, eles não têm condições de fazer mamografia, em um lugar onde se fazia pelo menos de 400 a 500 exames por mês.

Então era uma mamografia que funcionava, e que agora não tem mais, o pessoal está reclamando muito. Bom, ainda sobre questões pontuais é o seguinte, o Douglas Alves, que é o residente do Conselho Estadual de Saúde, ele informou a todos nessa semana que a secretaria autorizou a realização, até o final do ano, de 30 e poucos mil cirurgias eletivas. Considerando a pandemia até que é um número razoável, eu até entendo que a secretaria não pode priorizar isso e tal, que autorizou 30 e poucas mil. Acho que, se foi isso, já está bem razoável, e eu queria saber se isso procede.

Acho que, em linhas gerais, se eu não esqueci nada, é isso. Perfeito, secretário, mais uma coisa. Eu fiz um pedido de informação para o senhor, e estou aguardado a resposta, sobre a questão do Emílio Ribas. O senhor, eu sei, que é um emiliano, como eles chamam os membros do Emílio Ribas. O Emílio Ribas, o que está acontecendo?

O pessoal tem reclamado muito, o pessoal da Associação dos Médicos, que o senhor conhece, tem reclamado da falta de diálogo com a secretaria, e também do fato de que parte do Emílio Ribas está sendo entregue para essa OS, não é? Da Escola Paulista de Medicina, que por sinal está enfrentando problema com o hospital, o hospital é dela, o

Hospital São Paulo é da SPDM, então ela está enfrentando um problema com os, o pessoal, os estudantes estão reclamando do hospital, que não tem nada no hospital etc.

E essa entidade ela só cresce, ao invés de cuidar um pouco daquilo que ela tinha que cuidar, não é? Então ela está pegando parte do Emílio Ribas, estão transferindo parte do Emílio Ribas para uma OS, as pessoas estão muito preocupadas. Porque a OS, a gente sabe muito bem como funciona, eu sei, já participei de duas CPIs aqui, eu sei como funcionam as OSs. Elas contratam, às vezes, o profissional de forma muito precária, então você tem muita rotatividade. Na área do senhor, que o senhor é um médico.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Deputado José Américo, me desculpa, me perdoe interromper V. Exa., é que nós entramos na Ordem do Dia, e eu gostaria muito que o senhor entendesse, porque isso é uma questão regimental, de que o secretário estará, a nosso pedido, encaminhando as suas respostas para esta Comissão, e nós encaminharemos para o gabinete de Vossa Excelência. Os demais deputados que ainda não fizeram os seus questionamentos, como o deputado Edmir, deputado Caio e provavelmente a deputada Carla, poderão fazer a esta Comissão, encaminhando as suas perguntas, para que nós possamos enviá-las à secretaria, e obtermos as respostas.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Não entendi.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - De cada parlamentar. Me perdoa, deputado, eu acredito que as suas perguntas foram de extrema valia, e o secretário posteriormente estará respondendo.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Mas ele não vai responder agora, aqui?

**O SR. JEAN CARLO GORINCHEYN** - Não, eu posso responder, se o senhor...

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Então eu acho que não devia ter feito essa reunião, se não tem tempo é melhor não fazer.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Deputado, entrou na Ordem do Dia neste momento, nós teríamos que pedir para que a Presidência levantasse os nossos trabalhos.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Vamos pedir à Presidência, então desculpa ao secretário, não era o senhor o responsável, vamos pedir para o Cauê. Agora são quatro e meia, geralmente ele não mantém a sessão das quatro e meia, ele sempre faz sessão mais tarde.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Então gostaria de que a secretaria dessa Comissão entrasse em contato com o plenário, para verificar se realmente o plenário entrou em funcionamento. Nós temos, obrigatoriamente, o termo regimental.

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - A senhora tem razão.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Para votarmos, o senhor me perdoa, entrou na Ordem? Entrou na Ordem do Dia. Eu quero, desde já, agradecer todos os membros desta Comissão, agradecer a presença do secretário de Estado Dr. Jean Gorinchteyn, agradecer ao Dr. Eduardo Ribeiro, e toda equipe da Secretaria de Saúde, por todas as respostas importantes, e pelo comparecimento de vocês, pela presteza. Em todos os momentos que os membros desta Comissão se dirigiram à secretaria nós tivemos boas respostas. Muito obrigada a todos os membros, e ao secretário. Encerrada a nossa...

**O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT** - Eu aguardo a resposta por escrito do secretário.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Claro, deputado José Américo.

**O SR. JEAN CARLO GORINCHTEYN** - Eu quero agradecer muito. E quero convidar o deputado José Américo, para que também venha aqui para a gente poder até conversar sobre esses assuntos, que são extremamente importantes. Com relação aos

mamógrafos, eu já tenho a resposta, na região nós temos oito mamógrafos funcionantes, um deles realmente apresentou problema, mas oito estão funcionando.

É na cidade de São José dos Campos, acabei de obter a informação da área técnica. Com relação, então essa é uma das respostas. Rapidamente, com relação ao Emílio Ribas, nós precisamos fazer contratações emergenciais, nós não poderíamos contratar, abrir concurso, que já estava sendo programado para que agora assim seja feito. Por isso nós precisávamos da OS fazendo essas tratativas, e nós temos tendo, junto com as associações e o diretor, Luiz Carlos, essas tratativas têm sido bem acolhidas, e, dessa forma, estamos à disposição.

Eu quero agradecer à Comissão, volto a convidar a todos que precisarem de qualquer esclarecimento, assim como a deputada Carla Morando esteve esta semana, assim como a deputada Janaina Paschoal esteve presente aqui conosco. Eu estou inteiramente à disposição, e nós trabalhamos no mesmo lado, e, muitas vezes, alguma informação discordante vale a pena que nós estejamos conversando para aparar todas as arestas.

**A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB** - Obrigada, secretário. Encerrada a nossa comissão.

**O SR. JEAN CARLO GORINCHEYN** - Muito obrigado.

\* \* \*

- É encerrada a reunião.

\* \* \*